

Universidade de Coimbra preocupada com o seu insucesso escolar

A exigência de abolição de «numerus clausus» no acesso ao ensino superior público é uma das principais conclusões das segundas Jornadas Pedagógicas da Universidade de Coimbra, que ontem terminaram.

O documento de conclusões, lido na sessão de encerramento das jornadas, exige também o «empenhamento efectivo e real do Estado na «consecução do direito à educação e à cultura».

«É ética e moralmente inadmissível a restrição do acesso às universidades públicas, quando as privadas proliferam como cogumelos», sublinha.

Os cerca de mil estudantes e professores que participaram nas jornadas exigem ainda que «os diplomados pelas universidades privadas sejam sujeitos a um exame supervisionado por um júri das universidades públicas, com vista ao reconhecimento da validade dos títulos académicos».

Quanto às precedências, prescrições e insucesso escolar, as jornadas concluíram pela censura ao ministro da Educação, pela sua «recusa obstinada em

alterar o artigo terceiro do Decreto-Lei 113/86, relativo ao regime de transição de ano».

Fernando Suordem, do pelouro pedagógico da Associação Académica de Coimbra, entidade organizadora das jornadas, disse à agência Lusa que «a Universidade de Coimbra manifestou expressamente a vontade de que volte a vigorar o decreto que anteriormente regulava a transição de ano, recusando o regime legal de precedências».

Os participantes recusaram igualmente o regime parcelar de prescrições e manifestaram a sua apreensão acerca das taxas de insucesso escolar das várias Faculdades da Universidade de Coimbra.

Nas jornadas foi revelado que a situação mais grave, no ano lectivo de 1985/86, ocorreu na Faculdade de Economia, com um índice de 42,3 por cento, logo seguida por Direito, com 41,9 por cento, e Ciências e Tecnologia, com 38,8 por cento.

Em Farmácia, o insucesso escolar no mesmo ano foi de 29 por cento, em Letras 28,8 por cento, e em Medicina 16,7 por cento, e

em Psicologia 15,7 por cento.

Ainda a propósito do insucesso escolar, os participantes consideraram que a aplicação conjugada de precedência e prescrições, e de um novo regime de transição de ano, conduziria a «um aumento brutal das reprovações».

A necessidade de alterar o actual decreto de gestão do ensino superior foi outra das conclusões mais importantes destas jornadas.

Nesse sentido, decidiram exigir a todos os membros das estruturas representativas de estudantes e professores «competência, rigor, dedicação e espírito de sacrifício».

Sobre a autonomia universitária, as jornadas concluíram que ela decorre dos imperativos constitucionais e comporta várias vertentes, como a autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira. No âmbito das saídas profissionais e desemprego juvenil, as conclusões apontaram para a necessidade de estudar correctamente o mercado de trabalho, no sentido de diversificar as opções profissionais.

Dia	1
	2
	3
	4
	5
	6
	7
	8
	9
	10
	11
	12
	13
	14
	15
	16
	17
	18
	19
	20
	21
	22
	23
	24
	25
	26
	27
	28
	29
	30
	31

Insucesso Escolar

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

